

O PESO DO PERTENCER: REFLEXÕES SOBRE O GAÉLICO E A IDENTIDADE ESCOCESA CONTEMPORÂNEA

THE BURDEN OF BELONGING: REFLECTIONS ON GAELIC AND CONTEMPORARY
SCOTTISH IDENTITY

Juliana Alessandra Gomes¹

Centro Universitário Internacional

Rogério Lobo Sáber²

Faculdade Católica de Pouso Alegre

Resumo: A presente pesquisa discute a questão da identidade nacional e do gaélico na Escócia contemporânea. O objetivo principal da pesquisa é entender de que forma o gaélico se constitui parte da identidade nacional do povo escocês nos dias atuais, sabendo-se que a língua se mostra em declínio de falantes e uso, mesmo com as políticas públicas implantadas no país para a sua revitalização. Também foram investigados a origem da língua, sua relação com o povo ao longo do tempo, e o consequente declínio. A metodologia utilizada foi predominantemente pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. Observa-se que atualmente os indivíduos estão passando por um processo de “crise de identidade”, o que os faz tentar entender quem são e o que os caracteriza como pertencentes a determinada nação. A Escócia atual corresponde ao resultado da fusão de vários povos que sofreram repressões e influências externas, principalmente da Inglaterra — interferências que mudaram o rumo da monarquia, língua e cultura. Com a necessidade de resgatar a essência escocesa, o povo escocês está tendendo a voltar a uma origem de cultura e língua de um passado visto como glorioso, e esse resgate pode até não se dar por meio da língua em específico, mas da cultura derivada dela. Desse modo, mesmo que a língua esteja em declínio, sua cultura passa por um novo episódio de ascensão, pela busca de uma identidade nacional escocesa autêntica.

Palavras-chave: Identidade. Nação. Língua. Gaélico. Escócia.

Abstract: The present research discusses the question of national identity and Gaelic in contemporary Scotland. The main objective of the research is to understand how Gaelic is part of the national identity of the Scottish people today, knowing that the language is showing a decline in speakers and use, even with the public policies implemented in the country for its revitalization. The origin of the language, its relationship with the people over time, and the consequent decline were also investigated. The methodology used was predominantly qualitative bibliographic research. It is observed that individuals are currently undergoing a process of “identity crisis”, which makes them try to understand who they are and what characterizes them as belonging to a particular nation. Scotland was the result of a fusion of several peoples, suffering repressions and external influences, mainly from England, which changed the course of the monarchy, language and culture. With the need to rescue the Scottish essence, the

¹ Graduada em Letras – Português/Inglês pela Universidade do Vale do Sapucaí (Univás) e pós-graduanda do curso *lato sensu* de Língua Portuguesa e Literatura no Contexto Escolar pelo Centro Universitário Internacional (Uninter). *E-mail:* ju.alessandra@hotmail.com. Lattes: lattes.cnpq.br/7341812409819045.

² Orientador – Docente da Faculdade Católica de Pouso Alegre (Facapa). Pós-doutor em Estudos Literários (UFMG) e pós-doutor em Filosofia (FAJE). Doutor em Estudos Literários (UFMG). *E-mail:* rog.saber@live.com. Lattes: lattes.cnpq.br/0135536711792989. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1687-8953>.

Scottish people are tending to return to an origin of culture and language from a past seen as glorious, and this rescue may not even take place through a specific language, but through the culture derived from it. In this way, even if the language is in decline, its culture is undergoing a new episode of ascension, in the search for an authentic Scottish national identity.

Keywords: Identity. Nation. Language. Gaelic. Scotland.

Submetido em 1º de novembro de 2023.

Aprovado em 12 de dezembro de 2023.

1 Introdução

A Escócia contemporânea abrange dois idiomas oficiais: o inglês e o gaélico. No entanto, a língua gaélica só foi reconhecida como língua nacional em 2005. Ao longo da história, o gaélico passou por vários *status*, desde língua falada pelos reis, e mais falada na Escócia, a idioma confinado apenas às ilhas mais extremas das Terras Altas. Fato é que, no presente, o idioma mais falado no país é o inglês, e os falantes restantes do gaélico são, no mínimo, bilíngues, podendo utilizá-lo mais em casa e o inglês em situações mais sociais, como na escola e no trabalho.

A língua geralmente funciona como elo entre os sujeitos e a identidade social de determinada comunidade, e as mudanças no país em questão, como a constante troca de dominância do território e as imposições da monarquia inglesa, impactaram e desconfiguraram várias vezes o sentimento identitário dos escoceses. A língua pode unir e afastar povos, como superestimar ou subestimar certas comunidades, e hoje, com o *status* de língua minoritária, os falantes do gaélico escocês se encontram em uma posição negligenciada, em comparação com os falantes da cultura dominante, a inglesa.

O sentimento de identidade como povo vai se modificando ao longo do tempo e depende de diversos aspectos, como da língua e de questões geográficas, tornando-se essencial para o sujeito o ato de pertencer, de identificar-se com determinados costumes e de ser membro ativo de uma comunidade. É importante entender que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*” (HALL, 2006, p. 48, grifo do autor), isto é, uma pessoa não se identifica com tal nacionalidade somente por nascer naquele território, mas é algo muito mais intrínseco, que depende das relações entre a comunidade, dos costumes, das crenças, e claro, da língua.

A pesquisa foi desenvolvida com base bibliográfica de cunho qualitativo, com o intuito de responder à seguinte questão: “de que forma o gaélico se afirma como legado linguístico-cultural associado à construção e à consolidação da identidade nacional na Escócia contemporânea?” A investigação proposta deverá ajudar-nos a validar (ou não) a hipótese lançada a respeito desse questionamento, qual seja, a de que o gaélico é visto hoje em dia mais como um símbolo nacional atrelado aos costumes e à tradição, porém que não representa mais aquele povo de maneira uniforme.

A seção 2, intitulada “A identidade”, tem o objetivo de mostrar o que se pode entender pelo conceito de “identidade” pelo viés dos Estudos Culturais, além de compreender o que caracteriza o processo de “crise de identidade”. Além disso, abordou-se a questão das identidades nacionais para melhor compreensão do que caracteriza um povo pertencente a determinada nação e não a outra, bem como o papel da língua na produção da identidade nacional.

Na seção 3, intitulada “Origem, evolução e declínio do gaélico”, teve-se por objetivo analisar a formação do território escocês, bem como a origem, evolução e o declínio da língua gaélica ao longo dos anos. A seção foi constituída de fatos históricos considerados relevantes para compreensão do tema e desenvolvimento das análises na seção 5.

A seção 4, intitulada “Gaélico no século XXI e seu *status* de língua oficial”, cuida de analisar os falantes de gaélico ao longo do tempo, e trata das políticas públicas de revitalização linguística criadas após oficialização do gaélico enquanto língua nacional escocesa. Na seção foram abordadas as políticas criadas pelo Plano Nacional da Língua Gaélica e uma breve discussão de sua eficácia ou não.

Na seção 5, intitulada “Sentimentos identitários”, foram recortados e analisados depoimentos de escoceses respondendo à seguinte pergunta: “o que é ser escocês?” A análise foi feita levando em consideração o apoio histórico da seção 3 e o apoio teórico da seção 2, itens importantes para compreensão da fala dos escoceses.

Por fim, na seção 6, nas considerações finais, procurou-se, após todo o trajeto, responder sucintamente à pergunta de pesquisa que guiou o trabalho e compreender melhor a identidade escocesa contemporânea.

2 A identidade

2.1 Identidade: o pilar constitutivo

A identidade é algo necessário para o sujeito, sendo indispensável o ato de pertencer, que assegura a identificação com determinados costumes e a existência como membro ativo de uma comunidade. Mas, afinal de contas, o que se pode entender por identidade? Muitos teóricos investigaram e ainda se debruçam sobre tal concepção, cada um no perímetro de suas formações teóricas, mas o que muitos deles sustentam em comum é afirmar que a identidade está ligada à representação da cultura de um grupo ou de um povo. Por isso, Manuel Castells (1996, p. 26), em seu livro *O poder da identidade*, chegou à constatação de que a identidade pode ser definida como um “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”.

Nos estudos de Stuart Hall, é possível encontrar opinião semelhante à de Castells, e mais uma vez a reafirmação da importância da cultura na formação da identidade:

[...] O que denominamos “nossas identidades” poderia provavelmente ser [mais bem] conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente (HALL, 2017, p. 26).

Para o autor, ainda, deve-se pensar em como as identidades sociais são construídas no interior da representação, por meio da cultura, e também concretizadas por meio dos discursos. O que se pensava anteriormente é que a identidade era uma ideia fixa, isto é, o sujeito recebia várias características já no nascimento, tais como o nome, a religião, a orientação sexual, a regionalidade e até uma nação. Esperava-se que o indivíduo se contentasse com essas características e se sustentava que a sua identidade era já definida *a priori*:

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está “em processo”, sempre “sendo formada” (HALL, 2006, p. 38).

No entanto, o sujeito, visto anteriormente constituído de apenas uma identidade unificada e estável, encontra-se agora fragmentado, sendo composto de mais de uma identidade, algumas delas conflitantes, contraditórias e/ou não resolvidas (HALL, 2006, p. 12). Por isso o autor sugere que, “em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como processo em andamento” (HALL, 2006, p. 39). Desse modo, é preciso entender que o processo de identificação é resultado de vários fatores combinados e, por isso, não pode ser resumido a somente uma identidade fixa e absoluta, mas é a soma de várias identidades acumuladas, que podem permanecer iguais por um tempo, jamais mudar ou se alterar constantemente.

A modernidade influenciou intensamente o processo de identificação — principalmente atuando sobre ele à maneira de um catalisador —, já que foi com o advento da tecnologia e da chamada “globalização” que o acesso às informações foi facilitado, a comunicação e a troca de experiências entre países e culturas diferentes foram viabilizadas e cada vez mais intensificadas, formando vários pontos de intersecções que resultaram em culturas de tendência global. Tais circunstâncias desestabilizaram os sujeitos que passavam por essa mudança e desviaram o rumo das identidades das novas gerações, comparado ao que se encontrava antes. Outrora, as identidades eram sustentadas na estrutura, na tradição, existindo apenas categorias supostamente preestabelecidas que deveriam ser respeitadas e passadas como legado para as futuras gerações, sendo muito raro o sujeito que se “desvirtuava” dessas condições e assumia posição diferente; quando isso acontecia, no entanto, o indivíduo enfrentava diversas consequências, tais como a exclusão da sociedade e o preconceito, como esclarecido por Tomaz Tadeu da Silva (2014, p. 14) ao comentar que “se um grupo é simbolicamente marcado como o inimigo ou como tabu, isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais”.

É nesse sentido que Hall (2006, p. 12) propõe ainda que “a identidade, então, costura [...] o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis”, ou seja, o sujeito precisa identificar-se com alguma cultura, costume ou nação, senão toda a estrutura colapsa, e o indivíduo se sentirá excluído, alvo de preconceitos ou mesmo esvaziado, dando início ao que se conhece como “crise de identidade”.

Pode-se entender “crise de identidade” pelo processo de descentralização do sujeito moderno, ou seja, “[...] processo mais amplo de deslocamento e mesmo de fragmentação do

indivíduo moderno” (PEREIRA, 2004, p. 88). Assim, é certo afirmar que essa desestruturação causa no sujeito diversos efeitos, tais como o sentimento de vazio, o de não pertencimento, e do não autoconhecimento; anteriormente, no entanto, a estrutura estabilizava esse sentimento, amparando a sensação de completude, de pertencimento e conhecimento. Por isso, entender “quem sou” se tornou tão importante no momento atual, uma vez que houve uma ruptura que desestabilizou todo o sistema vigente no passado, e que, até agora, não conseguiu se haver com as consequências por completo.

Atualmente, “crise de identidade” tornou-se uma tópica comum nos estudos das humanidades, mas, antes de o sujeito passar por essa crise, o ideal de identidade já estava há muito estabelecido. O processo de criação das identidades também não foi um processo que ocorreu da noite para o dia. Como observado por Zygmunt Bauman (2005, p. 26), a ideia de identidade, e particularmente de identidade nacional, não é algo inato, mas foi uma ideia desenvolvida devido à crise do pertencimento, e que precisou de uma intervenção, no caso do Estado, para sua consolidação:

O Estado buscava a obediência de seus indivíduos, representando-se como a concretização do futuro da nação e a garantia de sua continuidade. Por outro lado, uma nação sem Estado estaria destinada a ser insegura sobre o seu passado, incerta sobre o seu presente e duvidosa de seu futuro, e assim fadada a uma existência precária (BAUMAN, 2005, p. 27).

Portanto, é indiscutível o valor da identidade no papel de formação do sujeito, em especial na contemporaneidade, condição cultural vigente em que o indivíduo se depara com múltiplas identidades, e deve, ao se autoconhecer, ir se *identificando*, levando em consideração ou não as características que os outros tentam lhe dar, para a construção, descentralização e consequentemente afirmação de sua identidade.

2.2 Identidades nacionais, comunidades imaginadas e tradição

A identidade exerce um papel de extrema importância na constituição de cada sujeito; no entanto, durante a construção das nações, era preciso que todos aqueles indivíduos se identificassem, dialeticamente, consigo mesmos e com uma única comunidade. As identidades nacionais nasceram da necessidade de juntar certos indivíduos residentes em um mesmo território e de diferenciá-los de outros povos vizinhos. Portanto, observa-se que “a identidade

é, assim, marcada pela diferença” (SILVA, 2014, p. 9) e “a diferença é sustentada pela exclusão” (SILVA, 2014, p. 9). Em vista disso, observa-se que a identidade é relacional; já a diferença é determinada pelas *marcações simbólicas* que colocam algumas identidades em oposição a outras (SILVA, 2014, p. 13). Por essa razão, o próprio autor ainda argumenta que “afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre ‘nós’ e ‘eles’” (SILVA, 2014, p. 82). Ou seja: a própria língua fornece condições para divisão social, já que ao enunciar o “nós”, o próprio sujeito faz a distinção com outros povos categorizados como “eles”, evidenciando cada vez mais o contraste, a diferença entre um e outro, ou o que está dentro e o que está fora das convenções.

Sob o mesmo ponto de vista, Benedict Anderson, ao se aprofundar nos estudos de identidades nacionais, propõe o termo “comunidade imaginada”, que diz respeito ao que faz sentido, ao que é imaginário e partilhado por um grupo de indivíduos que se consideram patriotas, isto é, pertencentes à mesma nação ou região. Anderson (2008, p. 32) ainda explica que a comunidade é imaginada “porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles”. Por essa perspectiva, o que faz da nação uma pátria é justamente aquilo que faz sentido à alma; em outras palavras, é o sentimento de pertencimento partilhado pelos sujeitos, mesmo que tal sentido seja apenas simbólico ou imaginário, mas que, absolutamente, une uma certa comunidade.

Nações são imaginadas como comunidades na medida em que, independentemente das hierarquias e desigualdades efetivamente existentes, elas sempre se concebem como estruturas de camaradagem horizontal. Estabelece-se a ideia de um “nós” coletivo, irmanando relações em tudo distintas (ANDERSON, 2008, p. 12).

No entanto, apesar de as nações serem imaginadas, é extremamente difícil criar esse ideal. A partir dessa constatação, Anderson (2008, p. 16) esclarece que não é possível se imaginar no vazio ou com base em nada, mas é preciso que os símbolos sejam eficientes e que se afirmem em uma lógica comunitária, carregando sentidos por meio da língua e da história. Ou seja: o povo precisa de símbolos que garantam o equilíbrio comunitário e unifiquem os sentimentos de igualdade e pertencimento, e isso só é garantido por meio do idioma, já que é “por meio da língua que [...] se restauram passados, produzem-se companheirismos, assim como se sonham com futuros e destinos bem selecionados” (ANDERSON, 2008, p. 14).

Indubitavelmente, a língua se encontra no centro do processo de afirmação da nação, e é importante ressaltar que, para alcançar esse *status*, foi preciso que o Estado exigisse a homogeneização de uma língua nacional única e comum, capaz de carregar e reproduzir as histórias da pátria. Silva (2014, p. 85) aponta que, juntamente com a língua, o Estado teve que construir símbolos nacionais que reforçassem o sentimento de unidade, sendo tais símbolos reconhecidos até hoje em dia, como: hinos, bandeiras e brasões. Observa-se, por exemplo, que “o uso do ‘nós’, presente nos hinos nacionais, nos dísticos e nas falas oficiais, faz com que o sentimento de pertença se sobreponha à ideia de individualidade e apague o que existe de ‘eles’ e de diferença em qualquer sociedade” (ANDERSON, 2008, p. 16).

Por conseguinte, já que as nações são, na verdade, *comunidades imaginadas*, o Estado teve de homogeneizar as culturas, línguas e os passados históricos que, muitas vezes, eram diferentes e conflituosos, para criar o sentimento de união entre o povo (ANDRADE, 2010, p. 8). Analogamente, é possível observar, no decorrer da trama histórica, vários casos de imposição religiosa, cultural e linguística de um povo dominante sobre um povo dominado. Por isso que

[a] formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional (HALL, 2006, p. 49-50).

Dessa forma, é possível perceber, novamente, o papel fundamental da língua nesse processo, já que, ao instaurar uma língua nacional, houve a unificação da leitura e a manutenção histórica (ANDERSON, 2008, p. 12). Ao tornar uma única língua oficial, o Estado teve o poder de unificar as pessoas e também suas histórias, fazendo nascer uma forma idealisticamente homogênea de cultura, que também contribuía para a unificação de sistemas nacionais em prol da população.

A língua garante a manutenção histórica e é por isso que manifestações como “nada é mais como era antes”, “como era antigamente”, “antigamente que era bom”, estão surgindo nos discursos na atualidade, como uma tentativa nostálgica de retomada dos “bons tempos”. Para entender esse fenômeno, é preciso entender a importância da tradição, no que tange às identidades nacionais; em função disso, Hall (2003, p. 243) explica que a tradição:

[...] é um elemento vital da cultura, mas tem pouco a ver com a mera persistência das velhas formas. Está muito mais relacionada às formas de associação e articulação dos elementos. Esses arranjos em uma cultura nacional-popular não possuem uma posição fixa ou determinada, por assim dizer, no fluxo da tradição histórica, de forma inalterável.

Logo, a tradição pode ser entendida pelo conjunto de símbolos e costumes que caracterizam certa comunidade e que foram legados de geração em geração. Contudo, apesar de a tradição ser de suma importância na constituição das identidades nacionais, pode-se perceber que tal herança está passando por uma reestruturação, assim como as próprias identidades. O legado cultural está se descentralizando e se modificando, tentando se adequar e acompanhar as mudanças diárias dos sujeitos. Portanto, nas palavras de Homi Bhabha (1998, p. 212), “a nação não é mais o signo de modernidade sob o qual diferenças culturais são homogeneizadas na visão ‘horizontal’ da sociedade”, o que significa que a nação não se encontra mais no centro dessa relação de poder, e que, por consequência, não consegue mais pasteurizar as culturas e as identidades a seu serviço. Esse papel, agora, encontra-se depositado nos indivíduos que constituem a nação.

Embora os indivíduos sejam os mais novos responsáveis pela reconfiguração da identidade nacional, a tradição ainda é um fato que permeia a reestruturação e, mesmo que a tendência do movimento seja de ruptura, o passado ainda se encontra fortemente influenciando o presente, sendo, principalmente, utilizado para a retomada de uma essência nacional: “o passado e o presente exercem um importante papel nesses eventos. A contestação no presente busca justificção para a criação de novas — e futuras — identidades nacionais, evocando origens, mitologias e fronteiras do passado” (SILVA, 2014, p. 24). Dessa forma, ao afirmar uma identidade, o sujeito pode e, quase sempre, busca legitimá-la, conectando-a a um passado autêntico, e possivelmente glorioso, em uma tentativa de validar a sua nova identidade reivindicada (SILVA, 2014, p. 28). Isso significa que o sujeito sempre está em uma relação com o passado, com a tradição, mesmo que não seja nascido naquela data específica, mas que, por conta da herança cultural, é passada e depositada nele também.

Para Bhabha (1998, p. 21), a tradição oferece apenas uma parcela de influência, por meio do reconhecimento, no processo de *identificação*, isto é, ao buscar pelo passado, o indivíduo se depara também com outras temporalidades culturais que também influenciaram e intervieram na própria criação da tradição. Conseqüentemente, ainda para o autor, “o presente da história do povo é, portanto, uma prática que destrói os princípios constantes da cultura

nacional que tenta voltar a um passado nacional ‘verdadeiro’, frequentemente representado nas formas reificadas do realismo e do estereótipo” (BHABHA, 1998, p. 215). É por isso que, para ele, o efeito natural é que os indivíduos devam ser obrigados a esquecer para assim poderem reestruturar e até mesmo recordar a nação, moldarem-na e povoá-la novamente, abrindo novos e vários caminhos e possibilidades libertadores de identificação cultural (BHABHA, 1998, p. 226-227).

Desse modo, pode-se perceber que a identidade nacional é algo muito importante para o coletivo, principalmente dentro das comunidades imaginadas, e está diretamente relacionada à tradição, que, por sua vez, depende da cultura, dos símbolos e da língua. Ainda que não se possa romper completamente com a tradição para se formar novas identidades, é preciso ter em mente que “o que esse ‘desvio através de seus passados’ faz é nos capacitar, por meio da cultura, à ressignificação identitária, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições” (HALL, 2003, p. 43, grifo nosso). Em síntese, somos interpelados, enquanto sujeitos da contemporaneidade imersos em determinada cultura, para protagonizar tal movimento de apropriação e ressignificação. À medida que as relações interpessoais se tornam mais globais, enfrentamos interações, arranjos e interpretações cada vez mais complexos e instáveis.

3 Origem, evolução e declínio do gaélico

3.1 Dál Riata, Pictland e a formação do reino de Alba

Com o intuito de entender como o gaélico se constitui sistema de representação eficiente ou não para a consolidação do sentimento de identidade nacional dos escoceses na contemporaneidade, esta seção abordará a origem do gaélico, bem como a formação do território da Escócia contemporânea, relacionando os eventos ao ápice e declínio da língua, conforme reportados pela história oficial.

O gaélico, enquanto língua, está associado diretamente ao reino de Dál Riata, que era um reino que dominava o norte da Irlanda e a costa oeste da Escócia. No entanto, em algum momento da história, esse reino se separou e seus habitantes começaram a estabelecer sua própria história, tanto na Irlanda quanto na Escócia, sendo, nesse último, definido como

[...] [g]aélicos que tinham conexões com a tribo Antrim dos Dál Riata no nordeste da Irlanda. A lenda de origem obscura documentada pela primeira vez no século X diz que, por volta dos anos 500, um deles, Fergus Mór mac Eirc, estabeleceu um novo reino em Argyll em resposta às pressões dinásticas rivais na Irlanda (FOSTER, 2004, p. 9).

A origem da língua gaélica é tópico de discussão controversa no meio acadêmico, já que alguns estudiosos afirmam que a língua gaélica migrou do norte da Irlanda para a Escócia e outros defendem que a língua já existia na Escócia antes mesmo de se apresentar na Irlanda, como afirma Thomas Clancy (2010, p. 358): “não podemos mais ter certeza de quando o gaélico ‘chegou’ à Escócia, e cada vez mais se sente que até mesmo fazer esta pergunta pode antecipar uma resposta errada”. Apesar de, por muito tempo, se acreditar que Fergus Mór trouxe o gaélico para Escócia ao estabelecer esse novo reino, Ewan Campbell (2001) enfatizou, em seu estudo, que não há nenhuma evidência arqueológica que comprove a migração em massa nesse momento, ou seja, já não se pode ter tanta certeza de onde o gaélico realmente surgiu.

Durante os séculos V até o século X, o território da Escócia era dividido por cinco povos diferentes: os pictos, os gaélicos (do reino de Dál Riata), os britânicos, os anglos e posteriormente os *vikings*. Foi apenas no século XI que esses quatro primeiros povos foram unificados e que se estabeleceu a monarquia escocesa (FOSTER, 2004). Os primeiros povos a se unirem sob um mesmo reinado foram os pictos e os gaélicos de Dál Riata, e, mesmo antes de a unificação acontecer, os dois povos mantinham relações frequentes, e uma explicação para essas relações serem tão bem-sucedidas advinha do fato de que “as ligações políticas entre os pictos e Dál Riata possivelmente começaram no final do século VI, quando o rei picto chamado Gartnait pode na verdade ter sido um gaélico” (FOSTER, 2004, p. 35).

Durante anos esses dois povos conviveram juntos em certa harmonia, já que acreditavam que estavam relacionados pelo sangue, o que deu espaço para acordos políticos, tais como a união militar (quando enfrentavam um inimigo em comum) e o casamento entre as dinastias. Fato é que os pictos desposaram várias mulheres gaélicas, fazendo com que o idioma gaélico se tornasse a segunda língua daquele povo, já que, para que houvesse comunicação com suas

mulheres, os pictos tiveram que aprender a língua delas. A estratégia política dos gaélicos por meio do casamento foi um tanto inteligente, uma vez que pediram aos pictos que, se surgisse uma disputa sobre a realeza, eles deveriam apoiar a linhagem real feminina (FOSTER, 2004).

Os vizinhos pictos e escoceses [*scots*]³ estavam, de fato, se aproximando por um longo período de tempo. Esse foi um processo fomentado por laços políticos cada vez mais estreitos — incluindo casamentos entre as duas dinastias, algumas semelhanças de tradições religiosas, o estabelecimento de falantes de gaélico em território picto e assimilação cultural. Foi também um processo promovido pela chegada em cena de um inimigo comum na forma dos *vikings* pagãos da Escandinávia (WALTER, 2013, posição 188-191).⁴

O casamento entre os dois povos, além de incentivar o uso do gaélico para a comunicação, estreitou os laços culturais também, uma vez que, durante a década de 590, houve uma grande influência cultural gaélica com a introdução dos santos da Irlanda gaélica, como São Columba, no reino picto. O resultado foi uma sociedade cristã vigorosamente influenciada pelos modelos gaélicos pelos próximos 200 anos (WALTER, 2013). A tradição cristã foi tão importante que Foster (2004, p. 69) afirma que “o cristianismo foi a força de mudança mais significativa durante o início do período histórico. No início do século X, todos na Escócia estariam familiarizados com as crenças cristãs e ninguém poderia ignorar o impacto de sua ideologia ou o poder de seus mensageiros”, ou seja, a influência cristã pode ser entendida como um catalisador para a unificação do reino sob um mesmo viés religioso.

O século IX foi de extrema importância para a final unificação entre os dois reinos. Nesse período, o reino de Dál Riata enfrentava as invasões *vikings* ao oeste, enquanto o reino de Pictland enfrentava o mesmo inimigo no lado leste, e, aparentemente, em 839, os líderes pictos foram mortos, dando abertura para que o reino de Dál Riata assumisse o poder (FOSTER, 2004). Foi apenas quando os *vikings* se concentraram no território irlandês que Kenneth I MacAlpin (Cináed mac Alpín), entre os anos de 848 e 858, aproveitando-se da instabilidade política do reino vizinho, assumiu a posição “vaga” do reino de Pictland, estabelecendo-se como rei dos dois reinos e dando início à uma nova dinastia que seria conhecida, posteriormente, como Alba (WALTER, 2013).

³ O termo *scots*, escoceses, “foi utilizado para caracterizar todos os falantes de Gaélico na Bretanha e Irlanda — pessoas que se referiam a si próprios como Góidil (gaélicos)” (FOSTER, 2004, p. 10).

⁴ A leitura dos *e-books* foi feita pelo aplicativo para *desktop* Kindle e, por isso, a unidade adotada, para referência, foi “posição”.

Alba, originalmente, significava Grã-Bretanha como um todo, mas depois o termo passou a ser compreendido como a parte norte que era controlada por falantes de gaélico. Os habitantes desse reino não mais seriam identificados como gaélicos e pictos, mas seriam “fir Albann”, isto é, “homens de Alba”, e seus reis não seriam mais os governantes dos pictos ou dos escoceses, mas teriam o título de “ri Albann”, ou seja, “Rei de Alba” (WALTER, 2013). Por ter sido um rei de Dál Riata que unificou os reinos, o que se esperava é que a cultura e os próprios pictos fossem substituídos pelos gaélicos, mas a verdade é que “os pictos não desapareceram, mas sua identidade foi incluída na nova terminologia de Alba — eles se tornaram escoceses” (FOSTER, 2004, p. 109). O que houve então foi um processo de assimilação cultural: os povos dos dois reinos se fundiram e deram origem a um novo, no qual não haveria distinção entre eles.

No entanto, o termo Alba só foi utilizado nos anos 900, após a morte de Domnall mac Cusantín, o qual “se tornou a primeira pessoa a ser descrita como ‘Rei de Alba’” (FOSTER, 2004, p. 108). Foi somente, ainda, no século XI que “o gaélico se espalhou por quase todo o território escocês e se estabeleceu como a língua do reino” (NIHTINEN, 2008, p. 70). Isso significa que a unificação foi um processo demorado, que dependia da assimilação cultural e linguística pelos povos, mas foi também algo positivo posteriormente, já que, por ser um reino com cultura mista, foi mais receptivo ao se unir com os anglos e os britânicos.

O reino de Alba [...] tinha origens culturais singularmente mistas em comparação com a Inglaterra, Irlanda e País de Gales. Agora a língua usada era o gaélico, embora isso possa ocultar uma fase inicial bilíngue, a cultura também era predominantemente gaélica, embora [...] contivesse elementos importantes da cultura picta. Ele havia sido formado, não pela eliminação dos pictos, mas por sua assimilação gradual (WALTER, 2013, posição 921-925).

Apesar de o reino de Alba ter se tornado uma dinastia forte, e sua língua e cultura gaélicas terem se estabelecido e revigorado, as influências anglófonas, durante os próximos anos, advindas da corte inglesa, foram enfraquecendo o gaélico na corte escocesa, dando início ao seu declínio e à troca dos costumes e línguas, em um processo de anglicização.

3.2 A anglicização da corte escocesa

A anglicização da corte escocesa foi um processo longo que teve suas mudanças ocasionadas mais pelas relações de casamento do que por disputa entre os reinos. O rei Malcolm III de Alba foi o primeiro rei gaélico a falar também a língua inglesa, o que sugere que ele tenha passado bastante tempo em contato com os falantes de inglês, fazendo com que seu idioma estrangeiro fosse bom o suficiente para se comunicar inclusive com a sua esposa e atuar como o tradutor dela na corte. A habilidade linguística de Malcolm favoreceu para que o reino de Alba conseguisse se expandir mais ao sul, já que conseguia estabelecer uma conexão linguística e cultural com seus novos súditos (WALTER, 2013).

No ano de 1068, rei Malcolm se casou com Margaret, membro exilado da corte real inglesa. O resultado do matrimônio foi uma transformação no próprio reino, que deixou de ser somente gaélico e passou a ser um anglo-gaélico, e seus filhos seriam a prova viva disso, já que herdaram uma cultura dupla (WALTER, 2013). Os filhos dos dois monarcas não receberam seus nomes em gaélico, mas foram batizados com nomes em inglês e, no caso dos filhos homens, foram nomeados em homenagem aos monarcas ingleses anteriores. Como afirma Walter (2013, posição 2262-2266):

O objetivo era claramente enfatizar sua herança real inglesa. Não foi o resultado de qualquer capricho, moda ou da personalidade supostamente dominante de Margaret. O casal real estava preparando uma dinastia para assumir o governo do reino inglês em alguma data futura.

O feito de Malcolm foi considerado brilhante, uma vez que conseguiu estabelecer uma relação entre os gaélicos e os ingleses sem aparentemente enfrentar nenhuma oposição (WALTER, 2013). A origem híbrida do reino de Alba (pela junção dos pictos e gaélicos) foi um fator importante, posteriormente, para a consolidação do reino escocês, e isso foi concretizado porque o fato mais importante para fazer parte do reino era a lealdade à realeza e não a qualquer cultura em particular, diferentemente dos reinos vizinhos — Inglaterra, Irlanda e País de Gales — que “exigiam uma certa quantidade de conformidade dos outros. Isso parece ter resultado em tensão com pessoas de fora, cuja cultura diferente era vista como uma ameaça, especialmente se assumissem posições de poder” (WALTER, 2013, posição 928-934).

Durante o período do reinado do rei Malcolm tudo parecia ter se estabilizado, até a comunidade entrar em um novo caos, quando, em 13 de novembro de 1093, rei Malcolm III e seu filho mais velho, e herdeiro, foram mortos no campo de batalha pelos nortumbrianos. Três dias depois desse acontecimento, a rainha Margaret, que já estava doente, também faleceu.

Apesar de os monarcas terem tido vários filhos, a perda do rei e de seu legítimo sucessor deu abertura para que os outros pudessem ser candidatos legítimos ao trono (WALTER, 2013). Após algum tempo de instabilidade e depois da morte do rei Alexandre (um dos filhos do rei Malcolm) em 1124, seu irmão mais novo, David I, foi declarado o novo rei, sendo ainda concebido pelos historiadores como o “rei que fundou a Escócia”. David, como um dos filhos mais novos, talvez sem perspectiva de se tornar rei, passou muito tempo na corte inglesa, sendo altamente influenciado pela cultura e língua do país vizinho, e quando retornou como rei de Alba, ele herdou um país multicultural, predominantemente gaélico e com uma pequena parcela de população inglesa. David passou grande parte do seu tempo no sul, perto das fronteiras inglesas, onde os riscos e as oportunidades para a expansão do território eram maiores. Ele também introduziu a cultura inglesa e normanda na corte e em outros âmbitos políticos do reino, conferindo mais abertura para a expansão do reino. Por essa razão, Walter (2013, posição 2962-2976) afirma que “em 1124 o reino da Escócia já era uma entidade política muito diferente do reino de Alba e ter-se-ia modificado de forma quase irreconhecível nos próximos trinta anos pelo rei David”. Foi no reinado dele, então, que uma parte do território de Nortúmbria foi agregada ao reino de Alba, dando início à unificação de um novo reino, posteriormente conhecido como Escócia.

A fusão de Alba gaélica e de Nortúmbria inglesa produziu um novo reino único da Escócia. Era um reino onde duas culturas diferentes, gaélica e inglesa, tinham certa igualdade de *status*. Não era mais um reino gaélico em que se falava inglês, mas um reino híbrido em que falantes de gaélico e inglês coexistiam lado a lado (WALTER, 2013, posição 2829-2831).

No entanto, com a introdução de uma cultura anglófona, aos poucos os governantes da Inglaterra começaram a ter interesse pelo território escocês e, desde o século XIII, com algumas crises políticas na Escócia, o reino vizinho aproveitou da fragilidade para tentar unificar os dois territórios e povos sob um mesmo comando inglês. Os séculos XII e XIII foram marcados pelas relações de paz e amizade com a Inglaterra, o que fez com que nobres possuíssem terras e propriedades em ambos os territórios (MACQUARRIE, 2013). A situação começou a mudar com a morte do rei Alexander III em março de 1286 porque seu repentino falecimento deixou o poder em situação de crise, já que, como não possuía herdeiros próprios, a posição de rei ficou aberta para quem tivesse alegações de herança do trono. Robert Bruce e John Balliol foram os dois principais candidatos ao trono, mas suas aspirações tinham que esperar até ser comprovado

que a rainha não estivesse grávida e carregasse o herdeiro. Foi em outono de 1284 que se comprovou que não haveria um herdeiro à vista, e logo o posto de rei estava vago (MACQUARRIE, 2013).

Três reinos estavam envolvidos na discussão política pelo trono: Escócia, Inglaterra e Noruega. A Escócia tinha Robert Bruce e John Balliol como seus principais candidatos; da Noruega se esperava a chegada da neta de Alexander III, Margarida, conhecida como “Donzela da Noruega”, que morreu durante a sua viagem para Escócia; e a Inglaterra, no primeiro momento, apresentou-se como mediador do conflito por meio de seu rei Edward I. No entanto, o rei Edward tinha motivações próprias nesse conflito e, enquanto fazia seu papel de mediador, nos bastidores, já nos primeiros meses de 1291, garantiu que circulasse “um pedido entre as casas religiosas da Inglaterra pedindo evidências de suas crônicas que mostrassem a superioridade histórica da Inglaterra sobre a Escócia” (MACQUARRIE, 2013, posição 3178-3181). Também reivindicou tanto o poder quanto o direito histórico para se tornar senhor da Escócia. No entanto, quando o tribunal se reuniu, novamente, em junho de 1292, ele não teve sucesso e seu pedido foi recusado. Não tendo sucesso próprio, com ajuda de Edward, John Balliol se tornou o novo rei, mas pouco depois foi convocado pelo rei da Inglaterra para unir forças e combater a França; no entanto, John sabia que o povo escocês não responderia ao chamado de guerra pelo reino inglês e então recusou a convocação de Edward. O rei da Inglaterra, furioso, utilizou esse pretexto para invadir a Escócia no ano de 1296 e, com tropas debilitadas, John Balliol fugiu e foi, posteriormente, capturado e exonerado do trono (MACQUARRIE, 2013).

O controle de Edward sobre a Escócia dentre os anos de 1291-1296 baseou-se apenas em manipulações, o que só serviu para o povo se unir contra ele e tentar expulsar de vez o inimigo inglês (MACQUARRIE, 2013). Então, apoiado pelo povo escocês, Robert Bruce começou a batalhar pelo trono e, em 1306, finalmente, conseguiu assumi-lo. Porém, a Inglaterra negava-se a reconhecer a “independência” da Escócia, mesmo após derrota. A solução foi escrever ao papa, no ano de 1320, uma declaração conhecida como “Declaração de Arbroath”, pedindo que reconhecesse a Escócia como independente da Inglaterra e Robert Bruce como o seu verdadeiro rei. A Declaração possuía o selo de oito condes e de cerca de quarenta barões, foi escrita em latim e fazia um apelo ao papa para intermediar o conflito. No texto da declaração, é possível observar como os escoceses não queriam mais ser subjugados pelo governo inglês e como procuravam a verdadeira liberdade:

Enquanto cem de nós permanecermos vivos, nunca seremos submetidos, sob nenhuma condição, ao senhorio dos ingleses. Na verdade, não é pela glória, nem pelas riquezas, nem pelas honras que lutamos, mas apenas pela liberdade, de que nenhum homem honesto desiste senão pela própria vida (NATIONAL RECORDS OF SCOTLAND, 2020).⁵

O papa, atendendo ao pedido do povo escocês, escreveu uma carta ao rei Edward II (filho de Edward I), solicitando que instaurasse a paz entre os povos novamente. Foi apenas em 1.º de maio de 1328 que a paz foi firmada, por meio do tratado de Edimburgo-Northampton e que a Inglaterra reconheceu a independência da Escócia. Esse acordo e a respectiva paz entre os povos foram “[...] selad[os] por um casamento entre o filho do rei Robert, David, e a irmã do rei Edward, Joan” (MACQUARRIE, 2013, posição 3546-3548).

As consequências dessas guerras foram maiores do que se poderia imaginar: apesar de estar novamente um escocês no trono, a Inglaterra ali ainda estava presente, por meio do casamento, e exercia cada vez mais sua influência sobre os súditos. A configuração atual da Escócia — dividida entre Terras Altas e Terras Baixas — teve início nos anos seguintes: os lugares mais ao sul, fazendo divisa com a Inglaterra (Terras Baixas), tinham mais influência anglófona, tanto na cultura, quanto na língua e religião; já as terras mais ao norte (Terras Altas), conseguiram manter e preservar mais os costumes, cultura e religião dos gaélicos. Alan Macquarrie (2013, posição 3840-3841) afirma que “no final do período medieval, as Terras Altas e as Terras Baixas eram realmente dois lugares muito diferentes”, sendo possível observar inclusive discursos de preconceito e opressão para os ainda falantes do gaélico.

3.3 Levantes jacobitas e a Batalha de Culloden: a perda do ideal escocês

O século VIII foi marcado por diversas mudanças na Escócia que definiriam o destino e a atual situação do país. Primeiramente, a unificação da Escócia e Inglaterra veio acontecer em 1707. No entanto, a ideia não foi muito popular entre os súditos, aumentando ainda mais as querelas e os preconceitos entre os homens das Terras Altas e Terras Baixas. Os habitantes das Terras Altas (*Highlanders*) se distinguiram-se dos das Terras Baixas (*Lowlanders*) não somente por questões geográficas, mas também pelo jeito de se vestir, pela língua utilizada e pelos

⁵ Excerto traduzido da “Declaração de Arbroath”.

costumes considerados tribais, além da sua autoridade política externa (FREMONT-BARNES, 2011).

Para muitos, eles [*Highlanders*] pareciam os restos bárbaros do passado medieval da Escócia, seu modo de vida pontuado por proezas militares, um temperamento hostil e rixas de gerações; em suma, uma aberração em uma era de pensamento, tecnologia e ciência progressistas inaugurada pelo Iluminismo (FREMONT-BARNES, 2011, p. 8).

As revoltas jacobitas (1.^a em 1715 e a 2.^a em 1745) também impactaram diretamente na sociedade daquela época, e sua origem pode ser atribuída à Revolução Gloriosa, entre os anos de 1688 e 1689. Durante esses anos, tanto o reino inglês quanto o escocês tinham um monarca católico no poder, James II, que enfrentava uma posição delicada no trono, já que a maior parte dos seus súditos eram protestantes, tanto na Inglaterra quanto na Escócia. A disputa entre catolicismo e protestantismo na Grã-Bretanha desempenhou papel importantíssimo na reconfiguração de poder dos reinos e, tendo como monarca um católico, grande parte da população se sentia prejudicada, uma vez que James tinha uma postura de tratamento preferencial para aqueles que partilhavam de sua fé, permitindo ainda que, majoritariamente, os cargos públicos fossem ocupados por católicos (FREMONT-BARNES, 2011).

Os políticos do reino, então, decidiram convidar William of Orange, sobrinho e genro do rei, para tentar influenciá-lo e mudar suas políticas (FREMONT-BARNES, 2011). Pressionado pelo próprio genro, James tenta negociar, mas, sem muito apoio, foge para a França em 1688 e busca auxílio de Louis XIV (FREMONT-BARNES, 2011). O resultado, na Escócia, foi uma divisão mais acirrada entre os povos, inclusive nas Terras Altas, local em que se pode perceber que “as lealdades dos clãs foram divididas entre hanoverianos [apoiadores de William of Orange, da casa de Hanôver] e jacobitas,⁶ suas lealdades impulsionadas pela política, economia e religião” (FREMONT-BARNES, 2011, p. 16).

Os levantes jacobitas tiveram, então, o propósito de restaurar a dinastia Stuart no poder da Escócia. O primeiro levante aconteceu em 1715 e veio “à tona quando o conde de Mar ergueu o estandarte do príncipe em Braemar em setembro de 1715” (FREMONT-BARNES, 2011, p. 20). Nesse primeiro momento, os jacobitas conseguiram tomar Inverness e Perth, mas não o Castelo de Edimburgo; porém, não desistiram: o conde, já no próximo mês, conseguiu reunir

⁶ “O nome ‘jacobita’ deriva do latim *Jacobus*, para James, referindo-se àqueles que apoiaram a causa de James II” (FREMONT-BARNES, 2011, p. 7).

um exército de 6.000 homens armados, com mais 5.500 membros de clãs se unindo a ele (FREMONT-BARNES, 2011). Entretanto, quando James Edward Stuart, filho do James II, desembarcou em dezembro perto de Aberdeen, a situação já não estava mais tão favorável e o declínio da causa jacobita era visível. Tudo se desfez com a retirada dos jacobitas em janeiro de 1716 e, com a volta do príncipe para a França, os clãs leais tiveram que se dispersar e voltar para suas casas, enquanto a causa e a rebelião chegavam ao seu fim, sem sucesso, em meados de fevereiro (FREMONT-BARNES, 2011).

Foi apenas depois de vinte e quatro anos que o filho de James Edward Stuart, conhecido como “Bonnie Prince Charlie”, tentaria restabelecer a dinastia Stuart pela última vez (FREMONT-BARNES, 2011). O príncipe sabia que sozinho não conseguiria vencer a batalha e que precisava de apoio externo, seja por meio de tropas, dinheiro ou armamento. Por isso, buscou apoio, tentando primeiramente com o rei da França, que se recusou a financiar a expedição, já que, depois de muito tempo, a paz entre França e Inglaterra estava novamente instaurada. Assim, “os franceses, incapazes de apoiar o príncipe com tropas ou armas, deixaram-no seguir seu próprio curso, na medida em que ele pudesse comprar suprimentos e navios às suas próprias custas e partir para a Escócia por meio de um porto francês” (FREMONT-BARNES, 2011, p. 35).

Príncipe Charles chegou à Escócia em junho de 1745, mas ainda havia muita coisa a se fazer, e talvez a principal ação consistia em convencer os escoceses a se juntarem à sua causa e a lutarem ao seu lado.

Charles estava bem ciente de que muito dependia de sua capacidade de atrair os escoceses como um príncipe escocês, mesmo que essa imagem precisasse ser modificada no caso de ele escolher levar a campanha para a Inglaterra. A curto prazo, portanto, ele começou a se familiarizar com tudo o que era escocês, adotou o traje das Terras Altas e aprendeu um pouco de gaélico (FREMONT-BARNES, 2011, p. 38).

O levante jacobita de 1745 pareceu mais promissor do que o primeiro e, aos poucos, foi ganhando força. Em 21 de setembro de 1745, os jacobitas conseguiram vencer os hanoverianos em Prestonpans, o que serviu para elevar o ânimo da revolta e provar que não seriam tão facilmente desprezados (FREMONT-BARNES, 2011). A perspectiva começou a mudar para a causa jacobita no final do ano de 1745 e, no começo de 1746, o exército estava enfraquecido (já que sofria as provações do inverno tão rigoroso), as finanças do príncipe e de seus oficiais já estavam escassas demais e não conseguiram atender às necessidades das tropas. Todos esses

fatores, somados à exaustão dos jacobitas, foram o que levaram a causa à sua falência. Em 16 de abril de 1746 ocorreu a última batalha no pântano de Culloden Moor e as tropas inglesas venceram os escoceses, acabando de vez com a esperança da causa jacobita. O príncipe conseguiu fugir e escapar, mas seus súditos, não; alguns jacobitas foram mortos no campo de batalha, outros foram executados logo após o embate e o restante que conseguiu escapar foi capturado anos depois.

As consequências da Batalha de Culloden foram irreparáveis para os escoceses, sendo alvos da brutalidade e destruição inglesa em todo o território escocês. Muitas estradas foram criadas para a patrulha das tropas inglesas principalmente nas Terras Altas, subjugando o povo e monitorando seus passos para eliminar qualquer tentativa de resistência (FREMONT-BARNES, 2011). Após a batalha, os clãs foram desfeitos, e o uso do *tartan*⁷ foi expressamente proibido, assim como outros símbolos da cultura gaélica: *kilt*⁸, gaita de fole e a própria língua gaélica. Assim, pode-se entender que “Culloden representou mais do que o fim da rebelião; simbolizava o fim do modo de vida dos *Highlanders*” (FREMONT-BARNES, 2011, p. 89). Portanto, mesmo após tanta resistência do povo escocês em tentar manter e cultivar sua cultura, a dominância inglesa se sobressaiu, deixando o gaélico de lado e restrito apenas às áreas mais ao norte e às ilhas, e substituindo a cultura autóctone pelos costumes ingleses.

Desde os meados do século XVIII, uma combinação destrutiva de repressão militar, mudanças econômicas dramáticas, emigração em massa, às vezes forçada, privação material persistente e diversas pressões culturais provocaram uma mudança contínua do idioma do gaélico para o inglês dentro do *Gàidhealtachd* (WITHERS, 1984; MACKINNON, 1991 apud MCLEOD, 2014, p. 3).

Foi apenas a partir do final do século XX, com a busca da nação escocesa por uma cultura e uma identidade autênticas, que o ideal gaélico passou a ser resgatado, como uma herança dos tempos gloriosos, da tradição que um dia já havia influenciado o território. Apesar de os falantes do gaélico terem diminuído drasticamente durante os anos, o gaélico e sua cultura ainda hoje exercem sua influência, estando principalmente atrelados ao resgate da identidade escocesa.

4 Gaélico no século XXI e seu *status* de língua oficial

⁷ Padrão de estampas quadriculadas utilizado nos *kilts*, associados, na cultura escocesa, aos clãs.

⁸ Vestimenta masculina estilo saia típica da Escócia, utilizada a partir do século XVI pelos homens e meninos das Terras Altas.

Desde a Idade Média, o gaélico tem sido submetido a um processo de declínio, sendo substituído, em grande parte, pelo inglês, e permanecendo confinado às ilhas e ao território mais ao norte do país. A maior parte dos ainda falantes do gaélico se encontra principalmente nas Ilhas Ocidentais, onde se estima que 61% da população de 2001 (15.723) sabe falar gaélico. Tal porcentagem amplia-se para 80% em alguns distritos rurais (MCLEOD, 2014). No censo de 2023 e no âmbito nacional, a população atual da Escócia conta aproximadamente 5,48 milhões de habitantes (CLARK; 2023); já em relação aos falantes da língua gaélica, o censo de 2011 mostrou aproximadamente 57,3 mil falantes com idade superior à de três anos, apenas 1,1% da população total (MCLEOD, 2014, p. 3).

Tabela 1: Demografia histórica do gaélico

Date	Total Gaelic speakers in Scotland	Proportion of total Scottish population
1500	150,000?	50?
1755	290,000	22.9
1806	297,823	18.5
1891	254,415	6.3
1951	95,447	1.9
1981	79,307	1.6
1991	65,978	1.3
2001	58,652	1.2
2011	57,375	1.1

(Fonte: McLeod, 2014)

O censo de 2011 também deixou claro que todos os falantes de gaélico eram efetivamente bilíngues, tendo como língua adicional o inglês, e que os usuários monolíngues do gaélico foram desaparecendo ao final do século XX (MCLEOD, 2014). O censo também apontou que cerca de 43% dos falantes usavam o idioma gaélico em casa (NATIONAL RECORDS FOR SCOTLAND, 2014, Table KS206SC apud MCLEOD, 2014), demonstrando assim que a língua está atrelada a uma tradição familiar mais do que a uma tradição nacional.

Mesmo que o número de falantes esteja se reduzindo, a partir do final do século XX e do começo do século XXI, o valor do gaélico na identidade nacional escocesa começou a ser questionado: enquanto algumas pessoas acreditam que ele desempenha papel importante, outros acreditam que possui apenas uma importância meramente regional e não genuinamente

nacional, e uma pequena parcela não concebe o gaélico como algo importante (MCLEOD 2001b apud MCLEOD, 2014). De acordo com a Pesquisa de Atitudes Sociais da Escócia (Scottish Social Attitudes Survey) de 2012, 76% da população escocesa declarou que achava que o gaélico era muito importante para cultura escocesa, mesmo que o apoio público fosse percebido como superficial e vago (MCLEOD 2001b apud MCLEOD, 2014).

Com o gaélico recebendo o *status* de língua oficial da Escócia, em 2005, juntamente com o inglês, foram surgindo novas políticas públicas para revitalização da língua, e um grande passo para essa iniciativa foi a criação do Plano Nacional da Língua Gaélica, que tinha como principal objetivo incentivar as pessoas a utilizarem mais o gaélico em situações diversas. O plano de 2012 a 2017 propunha políticas para aumentar a visibilidade do gaélico em 8 áreas prioritárias, sendo elas: casa e primeiros anos; educação escolar; educação pós-escolar; comunidades; local de trabalho; artes e mídia; patrimônio e turismo; e *corpus*.

No âmbito escolar, por mais que existisse o incentivo de se criar escolas bilíngues, poucas crianças — menos de 1% — receberam uma educação primária ou média da língua. Até o ano de 2014, apenas 14 instituições educacionais ofereciam o ensino médio gaélico, já que não havia obrigação legal de disponibilizá-lo (MCLEOD, 2014). Outro fator de influência é o local em que essas escolas gaélicas se encontram, sendo que a maioria delas estão localizadas onde ainda se têm a tradição e a cultura fortemente enraizadas, como nas Ilhas Ocidentais, ou nas Terras Altas (lugares em que o gaélico demorou mais tempo para ser substituído pelo inglês) e em poucas vilas ou cidades das Terras Baixas (MCLEOD, 2014). Mesmo com o Plano Nacional incentivando a inserção do gaélico nas escolas, poucas são as instituições que o oferecem e que têm estrutura para oferecê-lo.

O rádio em gaélico foi algo que se expandiu a partir dos anos 1985 em diante, principalmente devido ao serviço de rádio da BBC, conhecido como Radio nan Gaidheal, que aumentou a quantidade de horas de transmissão para mais de 85 horas por semana e ampliou também o alcance geográfico para a grande maioria da população escocesa (MCLEOD, 2014). A televisão em gaélico também se estendeu após o estabelecimento de um fundo para televisão gaélica, que hoje em dia virou um fundo para transmissão em gaélico, o qual auxilia na manutenção de programas de televisão e rádio no referido idioma.

Já no quesito de publicação, o único jornal impresso que fazia publicações em gaélico encerrou suas atividades em 2008, sendo que artigos e livros também são raramente publicados no idioma (MCLEOD, 2014), e isso demonstra como há pouco incentivo nessa área se

comparado ao investimento no setor de transmissão, tanto rádio quanto televisão. Com o advento da *internet*, no entanto, a presença do gaélico nas redes sociais começou a aparecer mais frequentemente, principalmente em *blogs* e em grupos de discussão gaélicos, que se estabeleceram e mostraram como agora o idioma pode ser mais escrito e divulgado do que nunca (MCLEOD, 2014).

Mesmo com a oficialização do gaélico enquanto idioma da Escócia, a criação do Plano Nacional de Língua Gaélica e a instauração de novas políticas públicas para revitalização do idioma, o gaélico continua em declínio, o que acaba sugerindo que “as políticas implementadas até agora para sustentar e promover o gaélico foram inadequadas” e que “estratégias mais bem integradas e mais vigorosas são urgentemente necessárias para que a mudança de idioma em favor do inglês seja revertida” (MCLEOD, 2014, p. 3).

Não obstante, a língua gaélica ganhou mais visibilidade e vem angariando forças para ser pensada e resgatada, junto com a sua cultura, como algo associado à identidade nacional escocesa. Mas, afinal, o que faz com que os escoceses se identifiquem como tal? E como o gaélico entra nessa relação?

5 Sentimentos identitários

Diante de um país com uma história tão conturbada e formada por uma mistura de povos e culturas, é preciso entender como o próprio escocês se reconhece e se autocaracteriza. A busca de respostas possíveis a esse desafio tornou-se viável a partir do estudo de uma coletânea de depoimentos de nacionais que refletem sobre ser escocês. O livro em questão intitula-se *Being Scottish: personal reflections on Scottish identity today*, foi elaborado pelos organizadores Tom Devine e Paddy Logue, e foi publicado no ano de 2002 — antes da oficialização do gaélico como idioma da Escócia. Foram selecionados alguns depoimentos e recortados alguns trechos com ênfase nas enunciações que envolvessem a língua e a cultura gaélicas.

O primeiro depoimento é de Anne Bardsley, e ela afirma que

Ser escocês para mim é ter orgulho de nossa herança, nossa paisagem, nossa simpatia — que é inigualável — nossas tradições, música e língua, embora eu pessoalmente não conheça uma palavra de gaélico, e nossa dança, que, na grande velhice de quarenta e dois estou aprendendo pela segunda vez, sendo a primeira na escola quando tinha

onze anos de idade [quando eu ficava] muito envergonhada (DEVINE; LOGUE, 2002, p. 13).

Bardsley, em sua fala, evoca a herança e a tradição da cultura e língua gaélicas, associando esse fator ao que ela acredita que seja ser um escocês. É interessante notar como ela atribui tamanha importância ao reconhecimento dessa cultura e língua, ainda que ela mesma não saiba esse idioma em questão. “Herança”, “tradição”, “música”, “língua” e “dança” são todos símbolos que podem ser pensados como um resgate de um tempo anterior, antes da anglicização da corte e da Escócia — tempo em que o gaélico era a língua mais falada e seus costumes e crenças eram o que os caracterizavam enquanto povo. O depoimento dela serve de base para pensar a questão da identidade cultural daquele povo que está sempre em contato com símbolos da tradição, bem como confirma o pensamento expresso por Hall (2003, p. 29):

Possuir uma identidade cultural nesse sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos de “tradição”, cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua ‘autenticidade’”.

O segundo depoimento selecionado é o de Ronald Black:

Para mim, a identidade escocesa é sobre liberdades conquistadas e liberdades negadas. Sobre comunidades. E sobre como falamos, bem como o que queremos dizer. [...] A Escócia é um país grande, cheio de identidades concorrentes, compartilhando apenas a vontade de ser escocês. “Scot” [escocês] em si é um termo irlandês para um falante de gaélico que se pensa derivar de uma raiz *scuit* que significa “vagar”. [...] “Gael [gaélico]” significa um falante de gaélico, agora existem “novos gaélicos”, assim como os antigos. [...] “Celta” é o mais simples — “um falante de uma língua celta ou um descendente de um falante de uma língua celta”. É por isso que a Escócia é um país celta. Seu povo é mais de 50% celta. As línguas são importantes. Em uma era de mídia consciente, eles são mídia. Eles transmitem mensagens e símbolos, nem sempre bem-vindos. Os governos destroem as línguas por “educação” da mesma forma que o Talibã destruiu Budas com bombas. A educação escocesa é a pior do mundo, porque destruiu o gaélico (DEVINE; LOGUE, 2002, p. 24).

Em sua fala, Black enfatiza a importância da liberdade na constituição do escocês, liberdades conquistadas como quando a Inglaterra, após a “Declaração de Arbroath”, reconheceu a Escócia como país e monarquia independentes; liberdades negadas como quando os escoceses perderam a Batalha de Culloden e com ela a sua liberdade enquanto reino independente. Também é possível notar que Ronald está familiarizado com a história e com a etimologia das palavras, fato atribuído à sua formação como ex-professor de Estudos Celtas na

Universidade de Edimburgo. Como estudioso do idioma, expõe a importância da língua gaélica e critica a perda desse inventário cultural que não é mais ensinado nas escolas e que, conseqüentemente, mal atinge a nova geração, a qual perde experiências conectadas à essência da tradição gaélica.

Bridget McConnell apresenta seu depoimento sobre o que é ser escocês e sobre a formação da identidade escocesa:

A identidade escocesa nos primeiros anos do século XXI não pode ser definida apenas pela experiência ou análise de qualquer organização ou indivíduo, mas sim como uma soma total das diversas experiências, histórias, visões e culturas que moldaram, e continuam a moldar a Escócia moderna. Meu senso de ser escocês não é introspectivo, mas sim voltado para o exterior — e acredito que seja o caso da maioria dos escoceses. Assim como a Escócia hoje foi influenciada e transformada por muitas culturas diferentes ao longo da história, igualmente nossas próprias tradições indígenas escocesas e gaélicas são moldadas por desenvolvimentos em outras partes do mundo, em particular na América do Norte. Celebrações recentes da cultura escocesa nos Estados Unidos demonstraram que a Escócia não apenas tem uma confiança crescente em si mesma, mas também se sente confortável e não vê contradição em sua “escocêsidade” ser representada em toda a sua diversidade, seja por *tartan* e biscoitos amanteigados, ou jovens bandas de *rock* e comediantes (DEVINE; LOGUE, 2002, p. 145).

McConnell teve uma carreira ligada à cultura, sendo inclusive presidente da Associação Escocesa de Diretores de Serviços Culturais e de Lazer. Por conseguinte, sua fala é fortemente marcada pela influência da cultura escocesa e de sua apresentação aos olhos do mundo. Seu depoimento é definido pelos elementos culturais tradicionais que são associados instantaneamente à cultura escocesa, como o uso dos *tartans* e os famosos biscoitos amanteigados da Escócia, o que comprova que “em qualquer caso, as culturas sempre se recusaram a ser perfeitamente encurraladas dentro das fronteiras nacionais. Elas transgridem os limites políticos” (HALL, 2003, p. 35), ou seja, essa cultura que é identificada e caracterizada como escocesa já extrapola os limites nacionais. Além de ser significativa para o povo escocês, sua cultura resvala para o cenário internacional, tornando-se elemento de intercâmbio identificado por povos de outros costumes.

O próximo depoimento selecionado é de Neil MacCormick:

Quão escocês eu sou, e que tipo de escocês? A família de meu pai era majoritariamente das Terras Altas, de Mull, Iona e Glenurquhart, falantes de gaélico, compositores, tocadores de gaita de fole, bardos⁹ e (no caso de tio-avô John) escritores de romances

⁹ Pessoa encarregada de transmitir, de forma oral, geralmente por meio de histórias cantadas e poemas recitados, as histórias, poemas, mitos e as lendas de um determinado povo.

gaélicos. [...] Ainda não falo gaélico direito, mas tenho uma base na velha cultura gaélica, pelas histórias das músicas que aprendi e pelas palavras das canções *pibroch*¹⁰ (DEVINE; LOGUE, 2002, p. 153).

Em seu comentário, é possível perceber a herança que o gaélico representa em sua família, qual seja, um clã das Terras Altas que tem o costume daquela língua ainda muito enraizado, como se nota pela experiência do próprio tio-avô, escritor de romances gaélicos. MacCormick comprova-se envolvido pela cultura tradicional, dentro da qual cresceu ouvindo histórias, poemas, cantigas transmitidas oralmente e músicas tocadas na emblemática gaita de fole. A todo momento ele resgata essa cultura e herança que recebeu da sua família e, mesmo não sabendo falar gaélico direito, ainda se vê imerso nela, sendo parte da sua composição como escocês.

Sheila McLean apresenta sua visão no seguinte depoimento:

Claro, ser escocês também tem a ver com sentimentalismo. Qual escocês de verdade não fica com uma lágrima nos olhos quando as gaitas de foles giram? Quem não olha para trás em nossa história e se sente como uma vítima e não como um vencedor? Quem não se ressent profundamente da suposição mundial de que os escoceses são maus? Comprar o modelo de *kilts* e *urze*¹¹ faz parte da experiência de ser escocês, mesmo que saibamos o quão longe da verdade está. No entanto, esse romantismo convive com uma busca mais obstinada pelo sucesso e, possivelmente, pode ser visto como uma falha nacional. No entanto, sem ele, não seríamos realmente escoceses (DEVINE; LOGUE, 2002, p. 187).

McLean, em seu discurso, traz uma visão mais sentimentalista da sua percepção da identidade escocesa. Para ela, a história e os símbolos são essenciais para entender quem aquele povo é, e fala também sobre como pode ser que eles sejam vistos pelo resto do mundo. Ela fala sobre a gaita de fole, o *kilt* e a *urze*, elementos característicos da cultura escocesa, e ainda afirma que eles fazem parte da experiência de ser escocês, o que comprova a afirmação de que “a tradição é um elemento vital da cultura, mas tem pouco a ver com a mera persistência das velhas formas. Está muito mais relacionada às formas de associação e articulação dos elementos” (HALL, 2003, p. 243), ou seja, não são somente os símbolos isolados que admitem o caráter escocês, mas sim a forma de associação e articulação que faz com que os próprios escoceses, e o resto do mundo, relacionem tais ícones à sua tradição e cultura.

Por fim, a autopercepção de Michael Russel partilha o seguinte:

¹⁰ Gênero de música tocada na gaita de fole, associado principalmente às Terras Altas, que tem por característica longas composições melódicas.

¹¹ Típica flor escocesa de coloração violeta que habita vales, pântanos e colinas escocesas.

Ser escocês pode ser tão simples quanto querer estar na Escócia, querer acrescentar algo e aprender algo com isso. Pode ser um acidente de nascimento ou geografia. Ele pode falar em muitas línguas diferentes e seus pés podem tocar em muitas melodias diferentes. Pode ser apenas um desejo de ver todos aqueles que compartilham este pequeno canto do planeta fazerem melhor do que fizeram. Para mim, está inextricavelmente interligado com encontrar uma maneira de viver de forma independente neste país com aqueles que vivem de forma independente em todos os outros países: não sendo nem melhor nem pior, mas apenas um pouco diferente em antecedentes, influências e perspectivas. O que não significa mais é se preocupar com tudo. A puberdade de ser escocês acabou (DEVINE; LOGUE, 2002, p. 237-238).

Russel discorre que se identificar como escocês é mais do que falar uma língua específica ou mais do que uma questão de nascimento: é a intenção de querer ser parte da comunidade escocesa. É interessante perceber como ele afirma que as diferenças entre o povo não marcam uma posição de melhor ou pior prestígio, mas são apenas diversas, com suas tradições e influências distintas, e que é preciso achar esse equilíbrio para conseguirem viver de forma independente. A fala de Russel comprova o que Hall (2006, p. 60, grifo do autor) afirmou tempos depois: “*as nações modernas são, todas, híbridos culturais*”, isto é, não é mais uma questão de qual tradição e herança é melhor do que a outra, mas sim uma questão de convívio entre duas línguas e culturas distintas se relacionando em equilíbrio.

Desse modo, ser escocês significa algo diferente para cada um. Apesar de alguns outros depoimentos (aqui não abordados por questão de extensão do texto) não citarem diretamente a cultura e a língua gaélicas, é perceptível que a herança delas ainda se faz presente, seja pelo uso dos *tartans*, dos *kilts*, da gaita de fole e também pela preservação de outros costumes, mesmo que possa passar despercebido pelos próprios nacionais. O que há no presente é a busca por esse ideal escocês (distinto dos costumes anglófonos que também constituem aquele povo), é a tentativa de encontrar a sua essência como forma de caracterizar aquela nação, de diferenciá-la dos seus vizinhos, em especial da Inglaterra. As identidades na própria Escócia são heterogêneas e, por mais que a cultura gaélica retome um antigo *status* de “escocidade”, nem todos se sentem pertencentes a essa tradição, fazendo com que a nação se encontre dividida.

Estamos diante da nação dividida no interior dela própria, articulando a heterogeneidade de sua população. A nação barrada Ela/Própria [*It/Self*], alienada de sua eterna autogeração, torna-se um espaço limiar de significação, que é marcado internamente pelos discursos de minorias, pelas histórias heterogêneas de povos em disputa, por autoridades antagônicas e por locais tensos de diferença cultural (BHABHA, 1998, p. 209-210).

A identidade nacional envolve vários aspectos, desde história, geografia e língua, a símbolos e cultura. Os símbolos escoceses são certamente os elementos que caracterizam essa

população — tanto para si mesmos quanto para o mundo — e é impossível recuperar tais símbolos escoceses sem associá-los à língua e à cultura gaélicas. Por isso, o que se vê é que “cada vez mais, as culturas ‘nacionais’ estão sendo produzidas a partir da perspectiva de minorias destituídas” (BHABHA, 1998, p. 25), ou seja, o gaélico, após ser tão reprimido, e mesmo não sendo muito falado, agora representa a perspectiva de nação, da essência escocesa que eles tentam tanto resgatar e afirmar.

6 Considerações finais

A discussão em questão buscou desenvolver uma breve resposta sobre a relação entre o gaélico e a identidade nacional da Escócia contemporânea. Após investigar a respeito das identidades (especificamente acerca da identidade nacional), foi de extrema importância compreender o trajeto histórico daquela nação e daquele povo para compreender a formação de sua cultura e língua.

A língua e cultura gaélicas foram resultado da fusão de alguns povos que partilhavam o norte do país, em especial dois deles: os gaélicos de Dál Riata e os pictos. Essa tradição perdurou por vários séculos, tornando-se cada vez mais a herança também dos novos territórios anexados e, finalmente, se tornando a língua do reino antigo de Alba. A influência anglófona foi adentrando o território por meio de relações matrimoniais, mas logo a cultura britânica se espalhou e influenciou no mínimo a metade daquele território, hoje conhecido como Terras Baixas.

Apesar de o gaélico ter entrado em declínio e de seus falantes estarem diminuindo até hoje, mesmo com as novas políticas públicas, a sua cultura foi mantida como a herança daqueles povos e se instaurou como símbolo característico da Escócia. Com a atual preocupação sobre as questões da identidade, os escoceses passam por um processo de resgate da tradição, de tentar se desvincular da cultura anglófona e de voltar às suas origens, que remontam ao reino de Alba e ao que ele representava.

Em síntese, a língua gaélica pode até não se apresentar como legado linguístico para a grande parcela da sociedade escocesa atual, que fala principalmente o inglês na sua rotina. No entanto, representa, sem dúvida, um legado cultural para toda Escócia, ainda que de forma discreta. O gaélico ainda é a primeira língua de alguns povos, principalmente das comunidades das Terras Altas e das ilhas ocidentais, locais em que a cultura e a tradição são mais facilmente

reconhecidas e passadas adiante. Não obstante, sua herança linguística e tradição perduram até hoje, sendo os principais símbolos culturais para caracterização e identificação daquele povo como escocês.

Referências

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Iara. Algumas reflexões sobre o conceito de identidade nacional. *In*: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH RIO: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 14, 2010, Rio de Janeiro. **Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio**, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1271958796_ARQUIVO_Identidade_Nacional.pdf. Acesso em: 11 dez. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BHABHA, Homi. **O lugar da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CAMPBELL, Ewan. Were the Scots Irish? **Antiquity**, 2001, 75(288), p. 285-292. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/antiquity/article/were-the-scots-irish/6DE43278B4B69C93B02A41A553CCD1C6>. Acesso em: 11 dez. 2023.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CLANCY, Thomas. Gaelic in Medieval Scotland: advent and expansion. **Proceedings of the British Academy**, 2010, v. 167, p. 349-392. Disponível em: <http://eprints.gla.ac.uk/55089/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

CLARK, D. Scotland - Statistics & Facts. **Statista**, August 2023. Disponível em: <https://www.statista.com/topics/3820/scotland/#dossierKeyfigures>. Acesso em: 11 dez. 2023.

DEVINE, Tom; LOGUE, Paddy (eds.). **Being Scottish**: personal reflections on Scottish identity today. Edinburgh University Press, 2002. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.3366/j.ctvs32qj8>. Acesso em: 11 dez. 2023.

FOSTER, Sally M. **Picts, Gaels and Scots**: early historic Scotland. Londres: BT Batsford, 2004.

FREMONT-BARNES, Gregory. **The Jacobite Rebellion 1745-46**. Grã-Bretanha: Osprey: 2011.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Revista Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em: 11 dez. 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MACQUARRIE, Alan. **Medieval Scotland: Kingship and Nation**. Stroud: The History Press, 2013. *E-book*. 5278 posições.

MCLEOD, Wilson. Gaelic in contemporary Scotland: challenges, strategies and contradictions, **Europa Ethnica**, 2014, vol. 71, no. 1/2, pp. 3-12. Disponível em: <http://www.poileasaidh.celtscot.ed.ac.uk/MCLEODCATALAN2.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2023.

NATIONAL RECORDS OF SCOTLAND. **The Declaration of Arbroath**. National Records of Scotland, 2020. Disponível em: https://www.nrscotland.gov.uk/files/research/NRS_DoA_English_booklet_700_Spreads_WEB.pdf. Acesso em: 11 dez. 2023.

NIHTINEN, Atina. Gaelic and Scots in devolved Scotland. **Studia Celtica Fennica**, v. 5, p. 70-82, 2008. Disponível em: <https://journal.fi/scf/article/view/7543>. Acesso em: 11 dez. 2023.

PEREIRA, Helder Rodrigues. A crise da identidade na cultura pós-moderna. **Mental**, Barbacena, v. 2, n. 2, p. 89-100, jun. 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272004000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 dez. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

WALTER, Ian W. **Lords of Alba: the making of Scotland**. Stroud: The History Press, 2013. *E-book*. 3075 posições.